

nova avaliação possa ser feita a seu tempo, envolvendo novamente todos os Poderes, como aconteceu nessa primeira rodada, com a mediação sempre equilibrada e necessária do Poder Legislativo.

É essa a posição que queria transmitir à Casa. Na verdade, o País está descobrindo que, quando conseguimos iniciar um processo de diminuição dos índices inflacionários no nosso País, quando começamos a debelar a inflação, nós, os administradores públicos e a iniciativa privada começamos também, lentamente, a entender que dinheiro não nasce em árvore, que determinação política é algo necessário. Precisamos de uma estrutura pública organizada para transformar a determinação política numa ação de governo que leve a minorar os problemas da maioria do nosso povo. Por isso, fica aqui a minha palavra.

Sei que, nos próximos dias, nas próximas horas, o Supremo Tribunal Federal deverá decidir sobre esses artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal, particularmente o art. 20, que, pela primeira vez, dá responsabilidade aos Poderes Executivos municipal, estadual e federal e, ao mesmo tempo, aos Poderes Legislativo e Judiciário em relação ao gasto público.

Não podemos confundir autonomia financeira, que é muito importante para os Poderes, com soberania, com cheque especial em branco. Isso não vai existir em lugar algum do mundo. Penso que o espírito da responsabilidade fiscal deve preservar a nossa ação de governo.

É esse o meu posicionamento, Sr. Presidente. Agradeço ao Senador José Fogaça, que me cedeu o tempo. Por último, agradeço à Comissão de Assuntos Econômicos, que hoje aprovou um projeto da maior importância para toda a região litorânea do nosso País, incluindo a região litorânea do meu Estado, o Espírito Santo. Refiro-me ao projeto que vai encaminhar um novo conceito de terreno de marinha, fazendo com que os Municípios, as cidades brasileiras, possam ser os administradores desse bem público, diferentemente da atual administração de Brasília, que está muito distante e que traz muitos problemas jurídicos e aborrecimentos principalmente para os moradores que vivem nas áreas ditas de terreno de marinha.

A CAE deu um passo importante. O Senador Jefferson Péres foi o Relator desse projeto de minha autoria. Conseguimos um acordo que envolveu o próprio Poder Executivo, o Ministro Martus Tavares, o Secretário Executivo Guilherme Dias e também o Comando da Marinha, que participou dessa negociação. Quero também, aproveitando este momento, agrade-

cer a todos os Senadores pela colaboração prestada visando à solução desse gravíssimo problema existente no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra por 20 minutos ao Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em junho deste ano de 2000, trouxe a este colendo Plenário a situação das Zonas de Processamento de Exportação e a importância das mesmas para o efetivo desenvolvimento regional em nosso País. Embora criadas por uma lei que se encontra plenamente em vigor, as ZPEs permanecem em compasso de espera, porque, segundo documento citado naquela oportunidade, a equipe econômica é contra.

Apesar de parecer surrealista, a realidade brasileira compreende *leis que pegam* e *leis que não pegam*, apesar de aprovadas, promulgadas e publicadas. Até agora, a Lei das ZPEs o Decreto-lei n.º 2.452, de 1988 jaz no limbo, aguardando a devida implantação, isto é, ainda *não pegou*, o que impede a geração de milhares de empregos.

Esse descaso com a melhoria do nível de qualidade de vida da população assume proporções verdadeiramente cruéis no que tange às determinações constantes da Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Isso porque, nobres Colegas, as diretrizes desse diploma legal, que dispõe sobre a política nacional do idoso, vêm sendo implantadas de forma muito tímida e lenta, mesmo nas capitais dos Estados que apresentam maior índice populacional.

Em 1990, ainda no meu primeiro mandato nesta Casa, na condição de membro da Comissão de Assuntos Sociais, tive a honra de presidir a Subcomissão do Idoso. A finalidade daquele organismo era sugerir a adoção de uma política voltada para a assistência às pessoas que se encontram na terceira idade, inclusive àquelas que se defrontam, por diversos e diferentes motivos, com a contingência de viverem em instituições públicas ou privadas – os chamados idosos institucionalizados.

Uma diretriz norteou os trabalhos da Subcomissão: a necessidade de se preservar a dignidade dos idosos. Buscávamos instituir uma política que concedesse aos nossos anciãos a possibilidade de um atendimento humano em uma sociedade justa.

Apesar de muito distantes do que preconiza a Lei n.º 8.842/94, podemos identificar algumas atividada-

des nesse sentido ao longo desses seis anos decorridos. Assim é que o Ministério da Previdência e Assistência Social tem envidado esforços para estabelecer tanto um diagnóstico desse segmento da população quanto as estratégias para a inserção do mesmo no respectivo contexto social.

Levando-se em consideração as variáveis intervenientes, estima-se que, até o ano 2020, o grupo de 65 anos e mais deverá ultrapassar um total de 20 milhões de indivíduos. Esse incremento de 12 milhões de pessoas deverá ocorrer principalmente nas áreas urbanas e entre as mulheres.

É óbvio, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o perfil das demandas por políticas sociais deverá ser modificado. Com um envelhecimento populacional significativo, as doenças crônico-degenerativas assumem maior peso. Em consequência, ocorrerá um maior custo das internações e tratamentos, já que se exigirão equipamentos e medicamentos muito mais caros.

Observa-se, em nosso País, o crescimento da participação do segmento idoso no mercado de trabalho. Embora seja essa uma tendência internacional, são muito diversas as razões dos brasileiros que têm mais de 60 anos. Nos países desenvolvidos, uma das razões mais fortes é a terapia ocupacional. Sabe-se que o indivíduo que trabalha se sente mais forte, mais ativo e mais participante.

No Brasil, a maioria da população economicamente ativa idosa é composta de pessoas aposentadas, e mais de 60% dessas estão em atividades agrícolas. As tarefas desgastantes, características do setor rural, evidenciam a necessidade financeira, e não psicológica, daqueles que as desempenham.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é mais do que reconhecido que a capacidade de produção dos idosos é menor do que a dos demais adultos. Não se ignora, outrossim, que o rendimento dos mais velhos representa uma parcela importante – e geralmente indispensável – da renda familiar, geralmente entre 32% e 45% do rendimento doméstico. É claro que essa participação se reduz proporcionalmente ao avanço da idade, tornando-se muito menor a partir dos 75 anos.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Senador Carlos Patrocínio, quero associar-me a V. Ex<sup>a</sup>. Infelizmente não pude acompanhar o seu pronuncia-

mento na íntegra, mas louvo a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> com uma política mais responsável e conseqüente para os nossos idosos. E aproveito a oportunidade para apartear-lo, porque a Comissão de Assuntos Sociais – não sei se V. Ex<sup>a</sup> mencionou esse fato em seu pronunciamento; como eu disse, cheguei aqui atrasado – criou, na atual Legislatura, uma Subcomissão do Idoso, que vinha sendo presidida pelo Senador Luiz Estevão. Com a sua cassação, no entanto, a Subcomissão tenderia a ficar órfã, mas lhe digo que isso não vai acontecer, pois tanto eu quanto o Senador Leomar Quintanilha, do Estado de V. Ex<sup>a</sup>, já nos colocamos à disposição da Comissão de Assuntos Sociais, para que possamos conduzir essa Subcomissão no sentido de buscar alternativas para minimizar os graves problemas por que passam aqueles que já estão nessa faixa etária, também chamada de "melhor idade" – tentou-se chamá-la de terceira idade, mas me parece que o termo mais apropriado é "melhor idade".

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Quando bem vivida.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Associe-me a V. Ex<sup>a</sup> e, mais uma vez, coloque-me à disposição da Comissão de Assuntos Sociais. O Presidente da Comissão, Senador Osmar Dias, e a Vice-Presidente, a Senadora Heloísa Helena, aqui presente, sabem disso. Independentemente de quem tenha sido o idealizador da Subcomissão, é importante que o Senado compreenda que esse é um segmento importante. Portanto, nós, Senadores, temos que nos preocupar com ele. Por esse motivo, coloque-me à inteira disposição da Comissão, para que possamos dar continuidade aos trabalhos iniciados na Subcomissão. Muito obrigado, Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Eminente Senador Sebastião Rocha, alegro-me pela participação de V. Ex<sup>a</sup> neste meu discurso, sobretudo quando V. Ex<sup>a</sup> assegura que já existe, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, a preocupação com o idoso. Foi esse mesmo sentimento que nos moveu nos idos de 1994, quando instituímos a Subcomissão do Idoso – eu era Presidente à época – e acabamos por aprovar a lei que citei, que trata da Política Nacional do Idoso.

Estamos aqui, portanto, cobrando mais ação das autoridades, no sentido de implementar uma política consentânea com as necessidades desse segmento importante da nossa população, que vem crescendo de maneira muito significativa. Conforme citei, deverá haver 20 milhões de idosos no ano 2020. É necessário, pois, que procuremos atender, de maneira

preventiva, àquelas demandas que existirão daqui a 20 anos.

Eu já havia tomado conhecimento da Subcomissão do Idoso, mas o aparte de V. Ex<sup>a</sup> faz com que nos sintamos mais tranqüilos, porque certamente esta Casa haverá de continuar adotando as medidas para que haja uma política voltada para a terceira idade. V. Ex<sup>a</sup>, como também a Senadora Heloísa Helena, é muito jovem, mas muitos de nós já estão adentrando essa idade. É necessário que haja uma política voltada para essa finalidade.

Esta é uma razão que devemos nos lembrar constantemente: todas as vezes em que os benefícios previdenciários são alterados – para mais ou para menos – não se atingem somente os indivíduos em questão, mas uma fração importante dos rendimentos de famílias inteiras. Apenas a título de informação, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais de 36 milhões de ex-trabalhadores, hoje aposentados, recebem um salário mínimo por mês.

Com a tendência a se efetivar a permanência dos idosos no contexto doméstico, espera-se que as famílias assumam de forma ampla seu papel de proteção social. Tal expectativa encontra sérios obstáculos na realidade incontestável da família nuclear (poucos membros, geralmente pais e filhos), que reside em pequenos apartamentos e quase sempre se encontram à noite, às vezes tarde da noite. É comum que os membros da família estudem e trabalhem ou tenham dois empregos para melhorar a situação financeira.

Ocorre, então, um dos problemas mais comuns enfrentados pelos idosos: a solidão. Estudos geriátricos indicam que 7% dos que têm idade superior a 65 anos sofrem com a falta de atenção dos familiares. Em 15% desses casos, o sentimento de abandono é tamanho que o idoso termina por cometer suicídio.

A forma correta de se enfrentar essa questão é viabilizar alternativas de ocupação e lazer a preços reduzidos para essa camada populacional. Algumas soluções vêm sendo apontadas em vários Municípios pelos próprios idosos, conforme ocorreu no passado mês de setembro, aqui mesmo no Distrito Federal. Muitas vezes, as respostas vêm do entrosamento da comunidade com o Governo, como a cessão de locais adequados à realização de eventos socioculturais.

As atividades realizadas por grupos de idosos podem suprir lacunas do ambiente familiar, além de dar algum sentido de vida, algum objetivo aos que se encontram em idade avançada. Podemos imaginar, senhoras e senhores, como deve ser difícil e desgas-

tante para indivíduos que desenvolveram atividades intelectuais se sentirem, de repente, isolados, desocupados, marginalizados – é quando a aposentadoria se transforma em punição.

Costumamos nos preocupar pouco com esse assunto, já que vivemos num turbilhão de atividades, mas permitam-me recordar-lhes que muitos de nós estamos nos aproximando dessa etapa da vida. A média de idade no Senado Federal localiza-se em torno dos 58 anos. Acima de 60 anos, estão 31 Srs. Senadores; dentre esses, 24 com mais de 65 anos.

Isso, nobres Colegas, é exatamente o que está ocorrendo com a população brasileira. Até poucas décadas, o Brasil era um país de jovens. Agora, encaminhamo-nos para mais de 33 milhões de idosos no ano de 2025, conforme indicam algumas projeções. Precisamos nos preparar para as mudanças necessárias, para que as dificuldades não venham a nos surpreender.

Um exemplo simples dessas dificuldades se situa no campo da Medicina. Em pronunciamento realizado em 1990, referente à Lei dos Idosos, alertei para a necessidade urgente de formação de recursos humanos. Essa necessidade permanece praticamente a mesma. Existem pouco mais de 600 geriatras em atividade; raros são os cursos de Medicina que oferecem disciplinas específicas. Em São Paulo, apenas três universidades contemplam a especialização em Geriatria.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso que a questão seja focalizada da maneira correta. Da mesma forma que se sabe que a criança não é um adulto em miniatura, o idoso não é um adulto envelhecido. São fases inteiramente distintas, necessitando, cada uma delas, de tratamento especializado.

Para que fique clara essa diferença, ouçam, por gentileza, a seguinte situação: nos postos de saúde da rede pública, os médicos costumam verificar a pressão arterial do idoso da mesma forma que a de qualquer um de nós: em uma única posição, geralmente sentado. Existe uma deficiência, denominada hipotensão ortostática, que é uma das principais causas de lesões em idosos com problemas ortomoleculares, como osteoporose, por exemplo. Pois bem, nobres Colegas, essa doença se caracteriza por uma súbita queda de pressão no momento em que o paciente se levanta. O diagnóstico é muito simples; basta medir a pressão com o paciente deitado e depois com ele de pé. É muito comum o paciente idoso se levantar, desmaiar, cair e fraturar os ossos da perna. O ge-

riatra sabe os procedimentos e a orientação correta para minimizar esse problema.

**O Sr. Lauro Campos** (Bloco/PT – DF) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Concedo o aparte ao nobre Senador Lauro Campos, com muita honra.

**O Sr. Lauro Campos** (Bloco/PT – DF) – Eminentemente Senador Carlos Patrocínio, V. Ex<sup>a</sup> está discorrendo, com muita propriedade, a respeito dos meus companheiros de faixa etária. Considero que há algumas culturas em que os da terceira idade são cercados de uma série de cuidados, de uma série de atenções, e, nessas sociedades, a idade, a experiência, aparece como um valor positivo. E a família, o grupo familiar vai-se constituindo, vai voltando seus olhos para os conselhos daqueles que adentram a terceira idade. A experiência que adquirimos e incorporamos lentamente faz com que, um dia, assustemo-nos com o tempo passado. Percebemos então que já não somos mais jovens e sim idosos, velhos, fazemos parte da terceira idade. A nossa sociedade, no entanto, que despreza aqueles valores a que me referi e que tem como valor principal a eficiência, a produtividade, descarta os velhos. Assim, as pessoas que se encontram entre os 40 e 50 anos de idade, em uma sociedade como a nossa, são consideradas imprestáveis para muitas profissões. Nas vezes em que fui à Europa, voluntária ou involuntariamente, e quando lá morei, verifiquei a diferença que existe entre o envelhecimento lá e o envelhecimento aqui. Na Inglaterra, na França ou mesmo na Itália, por exemplo, os idosos são cercados de uma série de cuidados. Eles passeiam, têm ônibus para levá-los aos jardins, onde escutam música. Há músicos para distrair as pessoas da terceira idade, assim com há, obviamente, geriatras e atenções que fazem com que a terceira idade, a velhice, não seja tão penosa. No Brasil, falta tudo para o velho: falta residência, falta carinho, falta cuidado, falta atenção, falta dinheiro, falta remédio. Nessa sociedade que os considera descartáveis, a terceira idade é realmente uma idade muito penosa, muito sofrida. Portanto, a iniciativa, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> já deveria ter sido – e será seguramente – seguido de outros que procurarão evitar que aconteçam coisas cada vez piores para a terceira idade, infernizando a vida dos velhos. Quase 60 mil leitos de hospitais foram desativados nos últimos sete anos. É óbvio, então, que esses quase 60 mil leitos desativados irão reduzir as oportunidades de acesso da terceira idade ao tratamento de saúde. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo seu

pronunciamento, pelos dados e informações que traz e pela sensibilidade ímpar de voltar a sua atenção para este problema cada vez mais grave a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu: o envelhecimento da população. Muito obrigado.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Eminentemente Senador Lauro Campos, agradeço as observações de V. Ex<sup>a</sup>, com as quais concordo inteiramente. Nos países europeus e mesmo na América do Norte temos oportunidade de sentir como são tratados os velhos, as pessoas da terceira idade, que hoje talvez constituam o maior contingente de turistas. Em vista disso, são conseguidos lugares especiais para atendê-los.

Além do mais, eminente Senador Lauro Campos, temos que aproveitar a experiência dos mais velhos. Não está existindo mais o mesmo respeito que existia antigamente, quando V. Ex<sup>a</sup> era criança, por exemplo, com as pessoas de mais idade. É por isso que estamos chamando a atenção. Daqui para a frente vamos ter que ter os meios necessários para cuidar da nossa população idosa, que será muito grande, uma vez que a expectativa de vida, hoje em torno de 67 anos, no final do próximo século será de mais de 100 anos.

Sr. Presidente, peço um pouco de paciência e deverei já concluir o meu pronunciamento.

Aos poucos, felizmente, os membros do Legislativo estadual e municipal vão sendo sensibilizados para os problemas específicos dessa faixa etária. Por exemplo, encontram-se em discussão em diversas Assembleias, bem como na Câmara Legislativa do Distrito Federal, projetos que determinam a obrigatoriedade da instalação de cadeiras para deficientes físicos, gestantes e idosos, em todas as agências bancárias.

Também a atenção da sociedade civil vem-se voltando para esse público-alvo. Algumas agências bancárias desta Capital, como já divulgado pela imprensa, adiantaram-se à determinação do Poder Legislativo local e providenciaram assentos para essa clientela específica.

Inúmeras outras alternativas vêm sendo criadas pela comunidade, buscando atender aos mais vivos, de acordo com o interesse e o nível sócio-cultural dos diferentes grupos. Assim, da mesma forma como vão surgindo universidades abertas da terceira idade, a exemplo do ocorrido nos Estados de Goiás e do Rio de Janeiro, surgem programas e seminários, grupos de convivência, atividades de lazer etc.

Esclarece o gerontólogo Jost Leite que interagir com a sociedade é fundamental para os idosos, e que, ao perderem o convívio com a sociedade, eles buscam a interação com pessoas da mesma idade. Sabe-se que o convívio social e as atividades de lazer, esporte e cultura são fundamentais para a terceira idade, pois, além de estimular o intelecto, afastam a depressão.

Essas atividades, no entanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são ainda muito restritas e isoladas. Considero necessária e urgente a conscientização do nosso povo por meio de campanhas educativas que tenham como objetivo despertar cada brasileiro para a responsabilidade perante os seus idosos mais próximos.

Nos últimos dias, nobres Colegas, dois aspectos desse problema me impressionaram. Primeiro, a omissão da chamada Grande Imprensa quanto à importância dessa questão. Inclusive no dia 27 de setembro, Dia Nacional do Idoso, dentre os seis jornais que compulsei – dos quais três de circulação nacional – apenas os periódicos locais dedicaram espaço a esse tema. Sabemos todos que os meios de comunicação de massa influem bastante na maneira de pensar, especialmente dos jovens e das camadas menos instruídas. Se a questão não é abordada, não passa a fazer parte das considerações de milhões de brasileiros – o que se reflete de forma negativa sobre os mais velhos.

O segundo aspecto que me preocupou é a principal queixa dos idosos: a de que não são respeitados, chegando a ser ofendidos e agredidos fisicamente pelos próprios filhos. Em encontros coordenados pela Universidade de Brasília, os idosos reivindicaram ações educacionais para conscientizar a população. Reclamaram do atendimento dos serviços públicos, do desrespeito de motoristas e cobradores de ônibus e do descaso da população em geral.

Propuseram a inclusão de matérias sobre o envelhecimento nos currículos escolares e ressaltaram a necessidade de campanhas educativas de valorização do idoso e de informação quanto aos seus direitos.

Para enfatizar a situação impensável dos velhos brasileiros, permitam-me trazer-lhes os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Esse estudo fundamentou-se na análise de 1559 boletins de ocorrência feitos na Delegacia de Proteção ao Idoso de São Paulo, no período de 1991 a 1998, e foi publicado pelo **Jornal do Brasil**:

- sessenta por cento dos idosos que apresentaram queixa foram agredidos por pessoas próximas, como os filhos (39,6%) e os vizinhos (20,6%);

- a maioria dos agressores são homens (64%), das mais variadas classes sociais;

- a maioria dos agredidos é do sexo feminino (57%), sendo, neste caso, os homens responsáveis por 43% das agressões;

- as ameaças mais comuns são:

- morte e internação em asilos (27%);

- lesões corporais (13%);

- injúria, calúnia e difamação (11%);

- número de idosos que apresenta queixa é estimado em 40% do total de agredidos – o que quer dizer que a realidade é muito pior do que parece.

Em contraposição a essas notícias vergonhosas, raras matérias mostram que se pode envelhecer com saúde, praticando exercícios adequados, como faz a nadadora Áurea Frattini Ramos, que nada 2.200 metros por dia e é medalhista internacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, passou o tempo em que velhice era sinônimo de inatividade e de doença. Na entrada do Terceiro Milênio, precisamos voltar nossa atenção para os jovens – que são a esperança e o futuro deste País –, mas também para os idosos – que são o passado, a memória viva, a base do que nos trouxe até o presente.

Não podemos deixar que as nossas cidades se transformem em imensos depósitos de velhos! Não é possível ignorar tudo aquilo que nossos idosos fizeram por este País e por todos nós! Temos que resgatar a dignidade, o respeito e a consideração que merecem, pois as rugas são evidências indiscutíveis de décadas de trabalho e dedicação.

Nobres Colegas, como estampou o **Correio Braziliense** do dia 27 de setembro, "daqui a 20 anos, 27 milhões de pessoas terão 60 anos ou mais no país. O tempo é curto para enfrentar um dos maiores índices de envelhecimento do mundo".

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Prorrogo, na forma regimental, a Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

**O SR. MOREIRA MENDES** (PFL – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não me surpreenderam em nada duas manchetes do jornal **O Estado de S.Paulo** de ontem, dia 9, sobre o Movi-

mento dos Sem-Terra – MST, intituladas, a primeira, "Intransigência a serviço da agitação", no editorial do jornal, e a segunda, na reportagem da página "A9 – Geral, "Desvios praticados pelo MST chegam a 11%".

Não me surpreenderam porque, de tempos não muito distantes para cá, deixei de ter dúvidas quanto à legitimidade e o que verdadeiramente existe por trás do MST.

É, portanto, grande a minha preocupação ao observar que um movimento surgido com nobreza de propósito na defesa de uma causa extremamente justa se transforma, ao longo de sua relativamente pouca existência, num instrumento manipulado e de coação para com aqueles que ingressaram suas fileiras na esperança de verem realizado o grande sonho da posse da terra.

Nas reportagens a que me referi, fica claro que o MST se tornou altamente intransigente, capaz de recusar qualquer acordo com o Governo, pois, nessa hipótese, extinguem seus motivos de pressão, de continuar levando agitação ao campo, de invasão de propriedades e de ocupação de prédios públicos, subvertendo a ordem pública no intuito de desestabilizar o Governo Federal. Parece que o real objetivo do Movimento não é mais resolver o problema de quem não tem terra e transformar essas famílias em pequenos agricultores.

O grupo se tornou massa de manobra nas mãos de líderes ideológicos, buscando aparente apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, tentando preservar sua imagem frente à opinião pública. Mas o que acontece, na realidade, é uma tentativa clara de pressionar o Governo a continuar liberando recursos, altamente subsidiados, sob o argumento de assentar famílias de pequenos agricultores.

Vejo que a realidade é bem outra. Exigem o imediato assentamento de todas as famílias acampadas pelo exclusivo método da desapropriação, que já provou ser a maneira mais eficaz de tumultuar o campo e de desorganizar a agricultura, com a ocupação ilegal de propriedades.

Outra prática insana adotada pelo MST é a cobrança de pedágio. Da mesma forma que ele precisa da massa de manobra, necessita também de recursos financeiros para financiar suas ações. Cobram comissões dos assentados que recebem financiamento para iniciar suas atividades – as chamadas "doações espontâneas".

As irregularidades constatadas em sindicância pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária – Incra apontam os percentuais desses pedágios variando de 3 a 11% sobre todos os créditos da reforma agrária. E, por sinal, os maiores pedágios foram detectados exatamente no meu Estado de Rondônia. A sindicância trouxe à tona a existência de várias quadrilhas infiltradas no MST, explorando, oprimindo, constringendo e extorquindo o menos avisado homem do campo. Felizmente, segundo a reportagem, as auditorias já foram entregues à Procuradoria-Geral da República para instauração dos processos. Espero que o Ministério Público Federal dispense a mesma determinação e competência na apuração desses fatos como vem dispensando no caso "Eduardo Jorge", "Luiz Estevão", Juiz "Leão", Banco Central e tantos outros.

Entre suas práticas, há o indício claro de desvio de verbas, com a participação de várias cooperativas ligadas ao Movimento. Além disso, a coordenação do MST chegava ao desplante de ordenar aos técnicos, responsáveis pela emissão de laudos para liberação de recursos, a não assinarem os laudos, caso os assentados não concordassem em pagar as taxas estipuladas.

Do mesmo modo que eu, provavelmente todos os que tiveram oportunidade de ler essas manchetes, como é o caso do Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, devem estar perplexos com o grau de desvio de recursos da reforma agrária, praticado pelas cooperativas ligadas ao MST. Como pode-se perceber, a corrupção está estabelecida e generalizada nesse Movimento que poderia, verdadeiramente, legitimar e elevar as conquistas sociais no Brasil e deveria se manter perene, como um movimento acima de qualquer suspeita.

Sr. Presidente, quero deixar bem claro que não sou contra o MST, ao contrário, sempre fui e sou a favor dos instrumentos legítimos de luta de um povo e da reforma agrária. Porém, o Movimento hoje precisa repensar suas atitudes e seus objetivos, voltar-se para quem dele necessita e continuar dando amparo aos que ainda não conseguiram o seu pedaço de chão.

Finalizo, solicitando da Mesa que seja transcrito integralmente, nos Anais da Casa, esse brilhante e elucidativo editorial publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOREIRA MENDES EM  
SEU PRONUNCIAMENTO:*

SEGUNDA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

NOTAS E INFORMAÇÕES

O ESTADO DE SÃO PAULO - A3

# Intransigência a serviço da agitação

**N**um país onde a taxa básica de juros é de 16,5% ao ano, o que levaria alguém a recusar um empréstimo a 4% ao ano, com descontos tão generosos que acabariam reduzindo a taxa real à metade? O Movimento dos Sem-Terra (MST) tem alguns bons motivos para recusar a proposta do governo. O primeiro deles é que, se houver acordo, lá se vai um pretexto para continuar fustigando o governo. E o objetivo do MST não é dar terra a quem não tem e depois transformar o assentado em pequeno agricultor - é levar a agitação ao campo, invadir propriedades e ocupar prédios públicos, subverter a ordem pública, desestabilizar o governo.

Seria ingênuo pensar que a lista de reivindicações que o MST apresentou ao governo, por intermédio dos mediadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, continha itens que se contradizem ou se opõem aos objetivos declarados do movimento porque os seus dirigentes são pouco afeitos às sutilezas da economia ou à complexidade dos fatos sociais. Eles são espertos, muito espertos.

O MST não quer resolver o problema de quem deseja terra e não a tem. Os sem-terra

são apenas a massa de manobra de que se valem os líderes ideológicos do movimento para agitar o campo. É o que explica o fato de Rainha, Stédile, Gilberto Portes e outros líderes insistirem para que o governo libere empréstimos da chamada linha A para 110 mil famílias que já estão assentadas e já receberam os empréstimos correspondentes. Os gastos com o empréstimo altamente subsidiado

consumiriam recursos destinados a pelo menos 20 mil famílias assentadas e que ainda não receberam a ajuda que constitui a garantia de um começo de vida.

Os líderes do MST não são intransigentes porque acreditam que os recursos do governo sejam ilimitados. Eles ficam pé na reivindicação, primeiro, porque precisam de pretextos renovados para a agitação e, segundo, na verdade, não lhes interessa que os assentados se fixem na terra. Cada sem-terra que se transfere para um pequeno agricultor capaz de se sustentar e à sua família é um agitador a menos - e isso não interessa ao MST.



Pelo mesmo motivo - a agitação - o MST repudia o programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de assentamento de 105 mil famílias por meio da compra de terras e da regularização dos assentamentos e, excepcionalmente, de desapropriações. Exige o assentamento imediato de todas as famílias acampadas, pelo mecanismo exclusivo da desapropriação - que não é a melhor maneira de

fazer a reforma agrária, mas é um eficiente método de tumultuar o campo e de desorganizar a agricultura.

Também não se deve estranhar a mudança de ênfase da ação do MST, que foi da ocupação de propriedades agrícolas para a invasão de agências bancárias e reivindicações de ordem financeira. Da mesma forma que precisa de massa de manobra para pressionar o governo e subverter a ordem pública, o MST precisa de dinheiro para financiar sua ação. Daí cobrar comissões - as tais "doações espontâneas" - dos assentados que recebem o financiamento para iniciar suas atividades. Daí a insis-

tência do MST em voltar a credenciar os técnicos que dão assistência técnica aos assentamentos, apesar da desastrosa experiência anterior, que resultou em projetos fraudulentos.

A última rodada de negociações entre o governo e o MST, com a intermediação das entidades religiosas, fracassou pelo mesmo motivo que levou ao fracasso as tentativas anteriores e condenarão ao malogro as iniciativas futuras.

**Cada sem-terra que se torna agricultor é um membro a menos do MST**

O MST está desligado da realidade nacional, realidade que se refletiu com exatidão nas eleições que acabam de se travar, demonstrando que a democracia está consolidada em nosso país e, portanto, que as mudanças que o Brasil requer serão feitas serenamente, dentro da normalidade institucional. O MST, no entanto, não se contenta com nada que seja razoável, viável ou possível, pois seu objetivo não é assentar os sem-terra e vê-los transformados em agricultores. É desestabilizar o governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Sebastião Rocha, para uma comunicação inadiável.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (Bloco/PDT – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, concluído o primeiro turno das eleições municipais, pretendo fazer, nos próximos dias, uma análise dos resultados, tanto no Estado do Amapá, quanto em nível nacional e, em especial, quanto ao desempenho do nosso Partido, o PDT, nessas eleições.

No entanto, Sr. Presidente, na tarde de hoje, venho a esta tribuna para fazer referência a uma grande conquista dos servidores públicos federais dos ex-Territórios. Refiro-me ao encaminhamento da Proposta Orçamentária pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, que garante o Plano de Assistência Médica para os servidores injustiçados dos ex-Territórios. São injustiçados porque, dentre todos os servidores federais, esses são os únicos não contemplados com assistência médica. Há praticamente três anos, tenho estado na vanguarda dessa luta ferrenha e, finalmente, conseguimos conquistar a compreensão do Governo Federal. Portanto, eu gostaria de agradecer ao Ministro Martus Tavares, ao Secretário de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Luiz Carlos de Almeida Capella, seu Secretário-Adjunto, Dr. Antonio de Pádua Casela, à Dr<sup>a</sup> Gildenora Batista Dantas Milhomem, do Ministério da Fazenda, e ao Dr. Waldemar Giomi, também do Ministério da Fazenda. O Senador Roberto Requião sugere agradecer ao Presidente Fernando Henrique. Entretanto eu diria, Senador Roberto Requião, que o Presidente da República talvez nem tenha conhecimento disso.

O importante é que essa ação do Governo traz resultados de extrema importância do ponto de vista social e econômico para os ex-Territórios do Amapá, de Rondônia, do Acre e de Roraima, porque garantiu, na Proposta Orçamentária, R\$28 milhões para atender mais de cem mil beneficiados, entre servidores públicos e dependentes. Para se ter uma idéia, só no Estado do Amapá serão contempladas trinta e cinco mil pessoas com o valor anual de R\$10 milhões. Então, isso é significativo para uma economia ainda incipiente, como é a economia desses novos Estados. Além de recursos restabelecer a justiça social no tratamento igualitário dos servidores federais, esses recursos vão contribuir para dinamizar um pouco mais a nossa economia. Mas não há como deixar de reconhecer que o grande aspecto dessa conquista ocorre

mesmo no âmbito social. Quero deixar claro que, na verdade, isso não é nenhuma dívida do Governo Federal para com os nossos servidores, mas sim e sobretudo, um reconhecimento de que não há nenhuma razão para manter esses servidores na exclusão.

Venho à tribuna para alertar os nossos colegas Senadores e Deputados Federais das Bancadas dos ex-Territórios para que façamos agora o nosso trabalho, o nosso papel, de manter esses recursos que já estão assegurados na Proposta Orçamentária, para que não haja qualquer manipulação ou qualquer possibilidade de se retirar esses recursos da dotação orçamentária. É preciso, então, que essas Bancadas se mantenham unidas e que o Relator, o nobre Senador Amir Lando – a quem faço um apelo –, que, sendo de um ex-Território, o atual Estado de Rondônia, faça de tudo, certamente, para preservar essa dotação orçamentária.

Então, estão de parabéns os servidores dos ex-Territórios e nós que lutamos por essa causa. Na verdade, estamos apenas cumprindo o nosso papel de defender os interesses dos nossos Estados e de seus servidores públicos. É também fundamental que os sindicatos dos servidores públicos de cada um desses ex-Territórios, bem como a Confederação Nacional de Servidores Públicos, possam atuar neste momento de discussão, de debate, de apreciação da Proposta de Lei Orçamentária, para que esses recursos sejam preservados e que, a partir do ano que vem, por meio de uma licitação certamente de caráter nacional, o Ministério da Fazenda possa definir a empresa, a operadora de planos ou de seguros de saúde que ficará responsável em contratar as prestadoras de serviços que irão atender os nossos servidores públicos federais e seus respectivos dependentes.

Era essa a abordagem que queria fazer nesta tarde, deixando mais uma vez claro que essa é uma luta não só minha, mas de muitos Parlamentares da região e, sobretudo, dos servidores que têm agora garantido esse direito, desde que nós, Parlamentares, trabalhemos para resguardar o que já está assegurado na Proposta de Lei Orçamentária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.



**O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ.**

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ontem fui procurado por representantes dos petroleiros, da Federação Única dos Petroleiros, FUP, e de alguns sindicatos. Eles vieram trazer a sua preocupação e, ao mesmo tempo, a sua indignação com relação ao tratamento que vem sendo dado pela direção da Petrobras quanto à negociação da campanha salarial da categoria.

Nos últimos dias, muito se tem falado sobre a cotação internacional do petróleo. A imprensa chegou a aventar, inclusive, a possibilidade de uma nova crise, caso o barril atingisse a cifra de US\$40. É evidente que uma situação internacional de instabilidade traria problemas para o nosso País, mas a hipotética situação não teria conseqüência tão drástica quanto há alguns anos por conta do trabalho de milhares de brasileiros, funcionários de uma empresa orgulho do nosso povo, chamada Petrobras.

Hoje, a nossa produção de petróleo ultrapassa 1,4 milhão de barris. Importamos apenas 340 mil barris e, no mais tardar, em 2005, seremos auto-suficientes. Além disso, a tecnologia de perfuração em águas profundas da Petrobras é referência internacional.

Com a chegada do mês de setembro, data-base dos petroleiros, os trabalhadores esperavam da direção da empresa uma contrapartida pelo esforço que levou a Petrobras a ter um lucro líquido no primeiro semestre deste ano de R\$4,5 bilhões – quase três vezes mais do que o que a companhia lucrou durante todo o ano passado, R\$1,7 bilhão. A lucratividade projetada para 2000 é de cerca de R\$10 bilhões.

A representação dos trabalhadores, os sindicatos organizados na Federação Única dos Petroleiros – FUP, encaminhou uma proposta à direção. Os principais itens da pauta de reivindicação foram os seguintes: reposição da inflação de setembro/99 a agosto/2000 (9,21% – correspondente ao ICV Dieese); reposição das perdas salariais desde o Plano Real (39,75%); aumento por produtividade de 13,85%; reintegração dos demitidos das greves de 1994 e 1995; melhores condições de segurança no trabalho; garantia no emprego, com base na Convenção nº158 da OIT; direitos iguais para todos os trabalhadores.

No dia 2 de outubro, a resposta da direção foi uma contraproposta verdadeiramente indecente. Reajuste de 5% e mais 1,3 salário-básico, a título de adiantamento de "Participação nos Lucros". É bom lembrar que, em maio deste ano, a direção deu um aumento, em média, de 100% para gerentes, direto-

res-gerentes, diretores e para o presidente da Petrobras. Enquanto um diretor recebe R\$24.000,00 e o Presidente R\$25.300,00, um funcionário de nível médio ganha R\$797,58. Um caso explícito da aplicação de dois pesos e duas medidas.

Desde o Plano Real os funcionários da Petrobras perderam cerca de 50% do poder de compra. Portanto, as reivindicações são mais do que justas. Além disso, a política de redução de quadros levada a efeito pelo governo FHC tem provocado uma grande sobrecarga de trabalho. Em 1994, a companhia tinha 50.295 trabalhadores efetivos. Em maio deste ano, o número era de 35.150. Traduzindo, além de estarem ganhando muito menos do que deveriam, o trabalho é dobrado. Trata-se de um verdadeiro regime de superexploração.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Parlamentares, venho denunciando a irresponsabilidade da atual direção da Petrobras não só em relação ao meio ambiente, mas também com a segurança de seus trabalhadores. Com a morte do marinheiro de convés Gilberto de Souza Simão, no dia 25 do mês passado, já são 69 os trabalhadores que perderam a vida nos últimos dois anos a serviço da Petrobras. Gilberto, de 40 anos, morreu à bordo do rebocador Astro-Barracuda da empresa Astromarítima Navegação S/A, que presta serviço à Petrobras na Bacia de Campos. Ele foi atingido na cabeça por um **container** que se soltou quando a embarcação foi invadida por uma gigantesca onda, próximo à plataforma 33.

Em todo o País, os petroleiros têm reagido com indignação aos 5% oferecidos. As assembléias têm rejeitado de maneira categórica a provocação apresentada pela diretoria da empresa. A resposta da categoria ao descaso de Reichstul e sua turma foi a aprovação do estado de greve, o repúdio e rejeição à imoral contraproposta, à exigência de negociações sérias e, se isso não acontecer, greve por tempo indeterminado com paralisação de produção.

Disposição de luta os petroleiros já demonstraram ter. Na última quinta-feira, dia 5, mais de 600 trabalhadores, muitos vestindo roupa preta, que significava o luto pelas dezenas de mortes de companheiros e também a luta pelo resgate da dignidade do funcionalismo, fizeram um combativo ato em frente ao edifício-sede, o Edise, no centro do Rio de Janeiro.

As últimas assembléias foram realizadas na última terça-feira, dia 10, e a proposta dos petroleiros foi encaminhada aos dirigentes da Petrobras. Os trabalhadores querem negociar com maturidade e responsabilidade. Intransigência existe por parte da diretoria, que se autoconcede 100% de aumento e quer dar uma migalha de 5% aos empregados. Portanto, se o

impasse persistir, a responsabilidade pela greve será da direção da empresa.

A Petrobras é um patrimônio construído com recursos de todo o povo brasileiro. Em seus 47 anos de existência tem sido motivo de orgulho para o nosso País. Por tudo isso, sempre estarei nesta tribuna e principalmente nas ruas ao lado dos trabalhadores, defendendo os seus direitos junto à Petrobras e contra a política entreguista do Governo FHC, personificada pelo banqueiro francês Henry Reichstul.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para concluir, só espero que a direção da Petrobras se sensibilize, receba a direção da FU e efetivamente negocie com a categoria. Hoje os dirigentes estão sendo recebidos pelo Ministro Rodolpho Tourinho para ver se conseguem avançar na negociação.

Esse é o apelo que faço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2000**

**Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta;

Art. 1º Esta Lei regula, nas condições que estabelece no art. 2º, a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores sazonais, aos safristas e aos contratados por prazos curtos e dá outras providências.

Art 2º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos;

“Art. 3º-A. Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador sazonal, safrista ou contratado por prazos curtos, dispensado sem justa causa ou em função do término do prazo do contrato, que comprove:

I \_ ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a pelo menos três contratos de trabalho de, no mínimo, três meses cada, nos trinta e seis meses imediatamente anteriores à concessão do benefício;

II \_ ter recolhido as contribuições previdenciárias referentes aos períodos trabalhados;

III – ter preenchido os requisitos previstos nos incisos III, IV e V do art. 3º desta Lei.”

§ 1º O benefício previsto neste artigo corresponderá ao valor de um salário mínimo, e será pago durante três meses, após cada período, aquisitivo de trinta e seis meses.

§ 2º Aplicam-se ao seguro-desemprego dos trabalhadores sazonais, safristas e contratados por prazos curtos os demais dispositivos desta lei, compatíveis com o disposto neste artigo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A legislação que rege a concessão do seguro-desemprego resente-se de inúmeras lacunas. Via de regra, os beneficiados são os trabalhadores do mercado formal de trabalho. É certo não ser possível estender o benefício indiscriminadamente. Mas, por outro lado, os trabalhadores informais, sazonais, safristas e todos aqueles contratados por prazos curtos têm dificuldade de acesso a esse direito. São contratados com menos formalidades e vivem a insegurança dos empregos temporários. Por medida de justiça, é fácil perceber, o seguro-desemprego deve ser concedido também a eles.

Com este projeto de lei, estamos propondo uma modalidade especial de seguro-desemprego, que contemple especialmente os trabalhadores menos estáveis no mercado de trabalho. Pretendemos levar a cobertura desse benefício para além do mercado formal e desvincular parcialmente a concessão do seguro-desemprego dos prazos rígidos fixados na legislação atual. A situação de precariedade será provada pela seqüência de contratações temporárias e fixa-se um limite trienal para a concessão do benefício. Assim, não se atenderá a todos os excluídos pela lei atual, mas certamente veremos ampliado o número de trabalhadores beneficiados.

Essa nova alternativa de concessão do seguro-desemprego, além de beneficiar os empregados de baixa remuneração, causará com certeza um aumento no número de empregos formais. E esse aumento na formalização compensará o eventual aumento nos custos do programa do seguro-desemprego, com um provável acréscimo nas contribuições previdenciárias e nos valores recolhidos a título de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço \_ FGTS. Com isso, possíveis dificuldades orçamentárias podem ser compensadas e os benefícios sociais da medida tenderão a expandir-se, democratizando o